CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 185ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 25 de fevereiro de 2026.

LOCAL: Sala de Reuniões, 9º andar, sala 902, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Sérgio Luiz Leite, Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Luiz Marinho, Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE; Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto; Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Conselheira Titular Representante da CC/PR; Edilson Urbano da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MDIC; Felipe Soares Luduvice, Conselheiro Suplente Representante do MF; Conrado Leiras Matos, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Conselheiro Suplente Representante da NCST; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Titular Representante da CNTur; Caio Mário Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; Mário Sérgio Carraro Telles, Conselheiro Suplente Representante da CNI; e, Carlos Alberto D'Ambrósio, Conselheiro Suplente Representante da CNC.

CONVIDADOS: Wladyson Viana, Presidente do Fonset; e, Francisco Macena da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MTE e Secretário-Executivo do MTE.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, teve início a Centésima Octogésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), sob a direção do Presidente do Codefat e Conselheiro Titular da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite. **I – ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a todos e, em seguida, declarou que a presente reunião ocorreria em dois turnos, com pausa para o almoço, dada a extensão da pauta. O Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular do MTE, Sr. Luiz Marinho, cumprimentou os presentes e desejou uma reunião tranquila e produtiva. Na sequência, o Presidente solicitou ao Secretário-Executivo do Codefat substituto que conduzisse a reunião. O Secretário-Executivo do Codefat substituto, Sr. Sandro Pereira Silva, passou ao **tópico II – ASSUNTO PARA APRESENTAÇÃO – BLOCO I: ITEM 1 - Tema: Informações Atualizadas sobre o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPT/MTE**. O Coordenador-Geral do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (CGSDPA/DGB/SPT/MTE), Sr. Raigner Rezende do Nascimento,

informou que entre 01.11.2025 e 21.02.2026, considerando apenas os defesos sob responsabilidade do MTE, foram recepcionados 998.706 requerimentos, o equivalente a 78,4% do volume registrado no mesmo período de 2024 (1.274.397). Destacou que cinco estados concentraram 775.852 requerimentos, correspondentes a 77,7% do total nacional, assim distribuídos por número de requerimentos e percentual de participação sobre o total nacional: i) Pará: 292.895 - 29,3%; ii) Maranhão: 263.251 - 26,4%; iii) Amazonas: 96.715 - 9,7%; iv) Bahia: 69.412 - 7,0%; e, v) Piauí: 53.579 - 5,4%. Observou que foram emitidas 135.433 parcelas no montante de R$219,5 milhões, destacando-se o Maranhão com 31.636 parcelas emitidas no montante de R$51,2 milhões, e o Pará com 22.151 parcelas e dispêndio de R$35,9 milhões. Declarou que o processamento dos lotes de pagamento do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) possuía prazo de 14 dias, contados a partir da data de emissão, cujas parcelas ficavam disponíveis para saque após a conclusão desse período. Em seguida, ressaltou que a Análise de Riscos do SDPA apresentava 4 grandes pilares: a) pesquisa contínua - análises permanentes do sistema do seguro-desemprego e de bases de dados acessíveis; identificação de vulnerabilidades exploradas em fraudes; e subsídio à criação e ao aprimoramento de trilhas de auditoria; b) trilhas de auditoria - 23 trilhas já idealizadas e demandadas à Dataprev; e foco em ocorrências não detectadas pelos processamentos ordinários; c) monitoramento - processo de monitoramento contínuo de mais de 35 mil CPFs e CNPJs com histórico suspeito; e, d) análise centralizada de recursos administrativos - tratamento das informações em circuito fechado, com acesso restrito. Ponderou que foram realizados 4.097 bloqueios de requerimentos do SDPA entre 16.01.2026 e 17.02.2026, oriundos das pesquisas ativas realizadas diariamente, monitoramento e trilhas de auditoria já implementadas, o que correspondia a uma economia aproximada de R$30,02 milhões. Observou que em 22.09.2025 foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MTE e a Fundacentro, cuja primeira etapa previa atendimento presencial a cerca de 680 mil pescadores artesanais, com aplicação de questionários, entrevistas e orientações, registradas com georreferenciamento. Esclareceu que a atuação seria distribuída conforme os períodos de defeso: i) Bahia: novembro de 2025 a maio de 2026 - visitas iniciadas em 24.11.2025; ii) Piauí: novembro de 2025 a março de 2026 - visitas iniciadas em 24.11.2025; iii) Amazonas: novembro de 2025 a março de 2026 - visitas iniciadas em 24.11.2025; e, iv) Maranhão e Pará: novembro de 2025 a março de 2026 - visitas iniciadas em 01.12.2025. O Coordenador-Geral da CGSDPA finalizou, registrando que foram realizados 379.567 atendimentos a pescadores no período de 24.11.2025 a 23.02.2026, abrangendo

127 municípios, assim distribuídos: A) Pará - 114.761 atendimentos, equivalentes a 39,2% dos 292.895 requerimentos, distribuídos em 22 municípios, com a atuação de 112 agentes e tempo médio de atendimento de 00:05:57; B) Maranhão - 91.469 atendimentos, equivalentes a 34,7% dos 263.251 requerimentos, distribuídos em 27 municípios, com a atuação de 114 agentes e tempo médio de atendimento de 00:07:11; C) Amazonas - 82.331 atendimentos, correspondentes a 85,1% dos 96.715 requerimentos do benefício, distribuídos em 35 municípios, com a atuação de 95 agentes e tempo médio de atendimento de 00:06:41; D) Bahia - 54.745 atendimentos, correspondentes a 78,9% dos 69.412 requerimentos, distribuídos em 26 municípios, com a atuação de 77 agentes e tempo médio de atendimento de 00:06:39; e, E) Piauí - 36.261 atendimentos, correspondentes a 67,7% dos 53.579 requerimentos, distribuídos em 16 municípios, com a atuação de 27 agentes e tempo médio de atendimento de 00:04:32. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, destacou a importância dessa apresentação, uma vez que o processo de habilitação havia retornado ao MTE. Observou que segundo a referida apresentação, aproximadamente 78% dos requerimentos recepcionados pelo MTE se concentravam em 5 Unidades Federativas (UFs), questionando se essas eram as que apresentavam maior índice de suspeita de fraudes. O Vice-Presidente destacou que se encontrava em curso, pela Fundacentro, a aplicação de questionários, entrevistas e orientações com previsão de atendimento presencial de cerca de 680 mil pescadores artesanais das 5 UFs em referência, que foram identificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) como aquelas com maior índice de possíveis fraudes. Declarou que caberia ao MTE trabalhar no sentido de melhorar a governança de habilitação do benefício na ponta para habilitar quem de direito e coibir eventuais fraudes. O Conselheiro Titular da CTB, Sr. Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, ressaltou que o MTE era a instância própria para gerir a habilitação do SDPA e garantir o seu pagamento aos pescadores artesanais que de fato tivessem direito ao benefício. Ponderou que o trabalho em curso pela Fundacentro era muito importante, pois estava verificando as condições sociais dos pescadores artesanais. O Conselheiro Suplente do MTE, Sr. Francisco Macena da Silva, ponderou que o Ministério estava buscando esclarecer todos os questionamentos relativos ao processo de habilitação do SDPA. Na sequência, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao tópico **III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Ata da 184ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2025**. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia alguma

manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Registrou que doravante as atas passariam a ser assinadas apenas pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo do Codefat, dado que após alterações efetuadas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), onde os conselheiros passaram de usuário interno para usuário externo, verificou-se dificuldades de acesso externo ao Sistema para a assinatura eletrônica das atas. Em seguida, passou ao **ITEM 3 - Proposta de Resolução que altera a Resolução CODEFAT nº 1.027, de 10 de novembro de 2025, que dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego do pescador artesanal, dando nova redação ao parágrafo único do artigo 15 para excepcionalizar o prazo para o pescador artesanal requerer o benefício**. O Coordenador-Geral da CGSDPA declarou que a proposta em tela visava aprovar prorrogação excepcional do prazo final para requerimento do benefício do SDPA, que passaria a ser o último dia dos defesos iniciados até 30.06.2026, e a ampliação dos prazos recursais, que sairia de 60 dias para 120 dias. Observou que essas medidas estavam voltadas a assegurar maior segurança jurídica, previsibilidade e efetividade na execução da política pública, bem como harmonizar o prazo recursal do SDPA com o utilizado para o trabalhador formal. Ponderou que essa proposta decorria do contexto de transição institucional resultante das recentes alterações normativas que transferiram a gestão operacional do benefício do SDPA ao MTE, exigindo ajustes procedimentais para evitar prejuízos aos pescadores artesanais. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT destacou que a proposta em referência permitiria atender a todo o público a quem a política se destinava. Solicitou que fosse efetuado levantamento para saber em quantos municípios havia beneficiários do SDPA. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, passou ao **ITEM 4 - Proposta de autorização do Codefat para Troca de Fontes (Art. 13 da Resolução CODEFAT nº 1.023, de 04.11.2025)**. O Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Conrado Leiras Matos, relatou que a proposta em tela visava autorizar o BNDES a promover troca de fontes de recursos do FAT Constitucional, no montante de até R$10,0 bilhões, cuja utilização, segundo o Banco, dependeria da evolução das curvas de mercado, as quais deveriam ser inferiores à Taxa de Longo Prazo (TLP) nos vértices de curto prazo. Destacou que a proposta em referência apresentava as seguintes motivações: i) liberação de recursos do FAT para uso em novas operações de crédito - projeções do BNDES

indicavam que havia possibilidade do disponível do FAT se esgotar no próximo biênio; ii) barateamento das taxas de juros dos financiamentos - a redução do custo dos financiamentos seria possível com a racionalização da utilização dos recursos do FAT para financiamento de projetos em que esta fonte fosse mais competitiva que as de mercado; e, iii) geração de novos empregos – em decorrência do aumento dos desembolsos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente da NCST, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, indagou se o BNDES vislumbrava a possibilidade de utilizar a troca de fontes neste exercício de 2026. O Conselheiro Suplente do BNDES observou que não seria possível fazer alguma projeção nesse sentido, dado que dependeria das curvas de taxas de juros praticadas no mercado, o que fugiria à governança do Banco. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência, passou ao **tópico IV - ASSUNTOS PARA APRESENTAÇÃO – BLOCO II.** O Secretário-Executivo do Codefat substituto, após consulta aos conselheiros, promoveu a inversão de pauta, passando aos itens 7 e 8, em razão de horários de voos dos expositores. Assim, passou ao **ITEM 7 - Tema: Boas Práticas – Projeto Trajeto Renda, pelo SINE – Minas Gerais**. O Representante do Sine/MG, Sr. Marcel Cardoso, destacou que o Programa Estratégico Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia, era intersetorial, e tinha entre seus objetivos: a) Inclusão Socioprodutiva - promover a inclusão ampla de indivíduos e famílias em vulnerabilidade social; b) Fomento ao Trabalho - incentivar o trabalho autônomo, especialmente a produção em grupos autogestionários; e, c) Geração de Renda - criar oportunidades de renda nos municípios selecionados através da produção e venda pelo próprio público. Relatou que era efetuado acompanhamento familiar, reunindo ações de várias políticas, como habitação, assistência social e segurança alimentar, integrando com as ações de inclusão socioprodutiva. Informou os critérios de seleção dos municípios: I) Não Atendidos no 1º Ciclo - foco em novas localidades para ampliar o impacto do programa; II) Vulnerabilidade Climática - municípios com índice de vulnerabilidade climática extremo, muito alto ou alto; III) Tipologia Rural - prioridade para municípios classificados como rurais pelo IBGE; IV) Privação no Cadastro Único - CadÚnico - percentual de famílias em privação acima da média de MG no Índice de Pobreza Multidimensional - IPM-Minas; V) Área da Sudene - municípios pertencentes à área de atuação da Sudene; e, VI) Diretorias Regionais Sedese - Almenara, Araçuaí, Montes Claros e Salinas. Descreveu o perfil das famílias: i) Identificação de 40 famílias por cidade; ii) precisavam ter acesso à água; iii) famílias com

interesse no seu desenvolvimento; iv) aprimoramento de suas atividades produtivas; v) estarem incluídas no CadÚnico; e, vi) famílias prioritariamente em situação de pobreza. Apresentou as etapas do Projeto Específico do Trabalho e Geração de Renda: 1) mobilização local e criação do Comitê Gestor em cada cidade – articulação; 2) diagnóstico e visitas às famílias selecionadas - atendimentos conforme necessidades reais; 3) construção do Plano de Ação local - a realidade local; 4) oficinas, assessorias técnicas com visitas aos beneficiários; e, 5) encadeamentos produtivos, e mais oportunidades de comercialização local/regional. Destacou os principais números do Projeto: a) cerca de 15 mil pessoas atendidas desde 2020; b) mais de 56 municípios atendidos em 2025 e 2026; c) incremento de 15% na renda das famílias no curto prazo; d) 73 municípios atendidos até 2024; e) cerca de R$13 milhões investidos; f) 80h de oficinas por cidade e visitas mensais a cada negócio; e, g) 01 agente de inclusão – morador – treinado em cada município. O Representante do SINE-MG finalizou, registrando os principais destaques do Projeto: i) atender, de forma integrada, famílias em situação de vulnerabilidade social; ii) acompanhar a trajetória das famílias durante a participação no programa; iii) garantir que o programa leve em consideração as dinâmicas locais e envolvimento da gestão municipal; iv) ofertar assessoramento técnico à gestão municipal para apoio durante todas as atividades; v) incentivar cooperativismo e economia solidária em busca de amplos resultados esperados, não apenas na renda; e, vi) monitorar a realização das ações, e formação de redes com a gestão municipal e diretorias regionais Sedese. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT destacou a importância do CadÚnico para a manutenção financeira das famílias mais carentes. O Conselheiro Suplente da NCST indagou qual era a fonte dos recursos aplicados no Projeto Trajeto Renda e se houve parceria com a área de saúde com alguma ação para saneamento e água potável. O Conselheiro Titular da CTB ponderou que era inadmissível que MG, um estado tão vigoroso economicamente, tivesse um bolsão de miséria como o do Vale do Jequitinhonha. O Conselheiro Suplente da CNI, Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, parabenizou o referido Projeto por conseguir fazer tanto com pouco recurso financeiro, o que demonstrava alta efetividade. Questionou se houve alguma experiência com o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste – BNB. O Representante do SINE/MG esclareceu que o Projeto foi financiado com recursos do tesouro estadual e que não houve interação com a área de saúde. Destacou que foi estabelecido diálogo com o BNB, mas que não teve muitas pessoas habilitadas para acesso ao crédito, ressaltando que o público do Projeto era mais

propenso ao associativismo. O Vice-Presidente informou que precisaria se retirar para atender outra agenda. Em seguida, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 8 - Tema: Boas Práticas - Inova SINE, pelo SINE – Roraima.** O Representante do Sine/RR, Sr. Gabriel Maciel, apresentou o programa Atendimento Personalizado na Rede SINE - reorganização de fluxos para ampliação da inserção e permanência no trabalho. Registrou os desafios do atendimento tradicional: a) atendimento fragmentado - serviços operando de forma isolada, sem visão sistêmica das necessidades do trabalhador; b) foco no procedimento - prioridade na execução de tarefas burocráticas em detrimento da solução efetiva de problemas; e, c) baixa integração - falta de comunicação estratégica entre os setores de seguro-desemprego e de intermediação de mão de obra. Ponderou sobre a necessidade de mudança estratégica: 1) maior efetividade - focar em resultados reais de empregabilidade e não apenas no volume bruto de atendimentos realizados; 2) fortalecimento do vínculo - estabelecer uma relação de confiança e acompanhamento contínuo com o trabalhador em sua jornada; e, 3) eficiência operacional - reorganização profunda de processos internos sem a necessidade de novos aportes financeiros ou custos extras. Informou como era o modelo anterior – atendimento de balcão: i) atuação setorial isolada - o trabalhador percorria diferentes guichês sem uma jornada integrada ou visão de conjunto; ii) ausência de acompanhamento - o contato com o SINE encerrava-se imediatamente ao fim do procedimento burocrático; e, iii) visão limitada - foco exclusivo na demanda imediata, ignorando barreiras de qualificação ou psicossociais. Em seguida, relatou como era o modelo atual – atendimento personalizado: a) integração sistêmica - fluxo contínuo entre seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação profissional e psicossocial; b) eixos transversais - qualificação profissional e apoio psicossocial como pilares de suporte em toda a jornada; e, c) foco no resultado - estratégia voltada para a inserção sustentável e permanência no mercado de trabalho. Destacou o impacto qualitativo no trabalhador: 1) acolhimento humanizado - redução imediata da ansiedade e aumento da autoestima do cidadão através de uma escuta ativa e ambiente acolhedor; 2) confiança institucional - fortalecimento da imagem do Sine como um parceiro estratégico e confiável na vida profissional do trabalhador; e, 3) clareza de trajetórias - o trabalhador compreendia com precisão os passos necessários para sua reinserção, eliminando a sensação de desorientação. Prosseguindo, informou o impacto na equipe e na gestão: i) integração intersetorial - ruptura dos silos departamentais, promovendo uma colaboração estratégica entre seguro-desemprego e intermediação de mão de obra; ii) aprendizagem contínua - estímulo ao

desenvolvimento de novas competências técnicas e comportamentais para o atendimento consultivo; iii) valorização do servidor - aumento do senso de propósito ao perceber o impacto real e direto da sua atuação na vida do trabalhador; e, iv) corresponsabilização - toda a equipe compartilha a responsabilidade pelo sucesso da jornada de inserção e permanência do cidadão. Apontou os resultados observados na prática: a) melhoria nos encaminhamentos - candidatos mais alinhados ao perfil das vagas, reduzindo o tempo de preenchimento dos postos; b) adesão à qualificação - aumento na procura por cursos baseada em diagnósticos precisos das lacunas de competência; c) permanência no trabalho - redução da rotatividade devido ao melhor "match" entre o perfil do trabalhador e a cultura da empresa; e, d) redução de retrabalho - otimização do tempo do servidor com atendimentos mais resolutivos e menos burocráticos. Destacou o que fazia do Programa uma boa prática: 1) viabilidade: baixo custo de implementação - foco na reorganização de processos internos e gestão de pessoas, sem necessidade de novos aportes financeiros ou infraestrutura pesada; 2) escalabilidade: alta replicabilidade - modelo flexível e adaptável a diferentes realidades de postos do Sine, independentemente do porte ou localização geográfica; e, 3) sustentabilidade: alinhamento com o FAT - fortalecimento da política pública de emprego financiada pelo Fundo, otimizando recursos públicos. O Representante do SINE-RR finalizou, declarando que o atendimento personalizado reafirmava o Sine como política pública estruturante de inclusão e proteção ao trabalhador - compromisso com a efetividade e o fortalecimento do vínculo. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente da NCST parabenizou pela visão de integração intersetorial no atendimento aos cidadãos, pois aumentava as chances de colocação no mercado de trabalho. O Conselheiro Titular da UGT declarou que as duas apresentações (MG e RR) eram exemplos de resultado positivo de bom atendimento da Rede Sine. O Presidente do Fonset, Sr. Wladyson Viana, agradeceu ao Codefat por abrir espaço para os parceiros estaduais apresentarem as boas práticas do Sine, observando que era importante para ver o papel do FAT no financiamento das políticas públicas de trabalho, emprego e renda. O Conselheiro Titular da CTB ponderou que seria importante o Coordenador Nacional do Sine e o Fonset trabalharem no sentido de propagar as boas práticas do Sine com o intuito de melhorar toda a rede de atendimento. O Conselheiro Suplente do MTE informou que o Ministério já estava tomando providências visando atender os trabalhadores situados nos municípios do estado de Minas Gerais atingidos pelas fortes chuvas e que foram decretados em estado de calamidade pública. Em seguida,

informou que precisaria se ausentar para participar de outra agenda. Na sequência, o Secretário-Executivo do Codefat substituto retomou a sequência da pauta, passando ao **ITEM 5 - Tema: Programação Anual de Desembolsos do FAT Constitucional, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.** O Representante do BNDES, Sr. Gilberto Borca, informou a estratégia de longo prazo do BNDES: I) Temas Norteadores: desenvolvimento social, trabalho decente e renda; transformação ecológica, descarbonização, adaptação e resposta a eventos extremos; nova industrialização e diversificação produtiva; e inovação e digitalização; II) Temas de Negócios: infraestrutura resiliente e sustentável; desenvolvimento produtivo, social e regional; agropecuária sustentável; serviços públicos essenciais; conservação e restauração de biomas; exportação; MPME, cooperativas e acesso a crédito; fomento ao mercado de capitais; atuação internacional do BNDES; e emergencial; e, III) Temas de Suporte ao Negócio: sustentabilidade financeira; pessoas; comunicação e relacionamento institucional; tecnologia da informação; gestão integrada de riscos e controles; processos, normas e governança; e uso de dados e inteligência artificial. Prosseguindo, informou a relação percentual dos seguintes indicadores sobre o Produto Interno Bruto – PIB: a) aprovações; 1,9% e, b) desembolsos 1,3%. Em seguida, registrou a aplicação de recursos do FAT, pelo BNDES, no exercício de 2025, no montante de R$95,7 bilhões, assim dividido por grupamento: a) Grupo I - energia, telecomunicações, saneamento e transporte urbano: R$13,0 bilhões; b) Grupo II - indústria do turismo: R$0,1 bilhão; c) Grupo III - infraestrutura de transportes para modais eficientes: R$19,2 bilhões; d) Grupo IV - reestruturação e modernização da indústria: R$43,4 bilhões; e, e) Outros: comércio, serviços, administração pública e demais: R$20,1 bilhões. Ressaltou que o Grupo V – microcrédito e micro e pequenos empreendimentos: R$10,9 bilhões; e o Grupo VI – Inovação: R$5,4 bilhões; eram operações com transversalidade, podendo incluir desembolsos já contabilizados nos grupos acima. Declarou que a estimativa de empregos, em 2025, envolvidos na implantação dos investimentos fixos apoiados pelo BNDES, com recursos do FAT, calculados pelo Modelo Insumo-Produto, foi da ordem de 524,5 mil empregos gerados e/ou mantidos. Em seguida, informou a projeção de desembolsos do FAT, pelo BNDES, para o exercício de 2026, no montante de R$96,1 bilhões, assim dividido por grupamento: a) Grupo I - energia, telecomunicações, saneamento e transporte urbano: R$13,0 bilhões; b) Grupo II - indústria do turismo: R$0,1 bilhão; c) Grupo III - infraestrutura de transportes para modais eficientes: R$19,3 bilhões; d) Grupo IV - reestruturação e modernização da indústria: R$43,5 bilhões; e, e) Outros:

comércio, serviços, administração pública e demais: R$20,2 bilhões. Ressaltou que o Grupo V – microcrédito e micro e pequenos empreendimentos: R$10,9 bilhões; e o Grupo VI – Inovação: R$5,4 bilhões; eram operações com transversalidade, podendo incluir desembolsos já contabilizados nos grupos acima. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT parabenizou o BNDES por estar sempre buscando aperfeiçoar as informações a serem prestadas ao Codefat. O Presidente do Fonset observou a necessidade de mais recursos para o microcrédito produtivo orientado, de fundamental importância para a geração de emprego e de renda. Em seguida, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 6 - Tema: Panorama atual da política nacional de inovação tecnológica e ações de ESG (Ambiental, Social e Governança), pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP**. A Representante da FINEP, Sra. Julieta Palmeira, destacou que a Financiadora era a maior agência de financiamento da inovação no país, atuando de forma coordenada com as diretrizes do Governo Federal, integrando suas ações às políticas governamentais e industriais. Declarou que a FINEP apoiava empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, mediante concessão de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis. Relatou que o apoio se dava em todas as etapas do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico, da pesquisa básica a projetos de inovação em produtos, processos e serviços que enfrentassem desafios tecnológicos e promovessem avanços reais, ao menos no nível da empresa. Informou que no período de 2023-2025 foi contratado o montante de R$44,2 bilhões, assim distribuídos por modalidade: a) crédito: R$31,6 bilhões; b) subvenção econômica: R$4 bilhões; e, c) não-reembolsável: R$8,6 bilhões. Em seguida, apresentou a distribuição do valor contratado por missão: i) cadeias agroindústrias: 640 projetos – R$10,3 bilhões; ii) complexo industrial da saúde: 351 projetos – R$6,8 bilhões; iii) infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade: 607 projetos – R$6,4 bilhões; iv) transformação digital da indústria: 1.005 projetos – R$8,8 bilhões; v) bioeconomia, descarbonização e transição energética: 422 projetos – R$9,0 bilhões; e, vi) tecnologias de interesse da Defesa: 65 projetos – R$2,9 bilhões. Relatou a convergência Inovação & Sustentabilidade: a) Tendência Global: capital internacional priorizava ativos compatíveis com a agenda climática e social; b) Cenário Nacional 1: a inovação brasileira migrava de “setorial” para “orientada por missões”; c) Cenário Nacional 2: programas de inovação focados em transição energética, soberania digital, descarbonização, saúde pública, segurança alimentar; e, d) Integração: na atualidade, não existia progresso tecnológico legítimo que

não fosse, simultaneamente, compromisso socioambiental. Ressaltou os desafios ESG no ecossistema de inovação: 1) governança fragmentada: baixa integração e articulação entre os atores; 2) dados ESG inconsistentes: dificuldade em acessar e medir informações; 3) infraestrutura deficiente: obstáculos à competitividade e à modernização; 4) governança ESG imatura: disparidade entre metas práticas e regulamentações; e, 5) financiamento restrito: dificuldades à inovação. Em seguida, destacou a resposta Finep - ESG na prática: a) Dimensão Ambiental: tecnologias limpas, economia circular e transição energética; b) Dimensão Social: tecnologias assertivas e impacto social; e, c) Dimensão Governança: compliance, rastreabilidade e gestão. A Representante da Finep finalizou, ressaltando que a Política Nacional de Inovação, impulsionada pela Financiadora, orientava o país para um novo paradigma de desenvolvimento, unindo ciência, tecnologia e inovação às práticas ESG que promoviam prosperidade econômica, inclusão social e equilíbrio ambiental. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da CNTur, Sr. Sebastião Antunes Duarte, indagou qual a fonte de recursos da FINEP e qual o seu valor. A Representante da FINEP esclareceu que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com recursos na LOA/2026 de R$8,85 bilhões, era a principal fonte de recursos da FINEP, que exercia a Secretaria Executiva do referido Fundo, responsabilizando-se por todas as atividades de natureza administrativa, orçamentária, financeira e contábil. O Conselheiro Titular da CTB ressaltou que o Codefat tinha assento no Conselho Consultivo da FINEP (um titular e um suplente), destacando a importância de se aprofundar a relação entre o Codefat e a FINEP com vistas a incrementar a inovação tecnológica no país. O Conselheiro Titular da UGT observou que o Governo Lula havia recuperado o protagonismo da FINEP com equipe altamente qualificada, acrescentando que estava satisfeito com a atuação da Financiadora na atualidade. O Conselheiro Suplente da NCST questionou se o orçamento para 2026 seria suficiente para a FINEP atender as demandas que recebia, destacando a importância da apresentação ora efetuada para dar conhecimento do estágio atual da política de inovação tecnológica nacional. A Representante da FINEP declarou que o orçamento disponível se encontrava muito aquém do necessário para atender a grande demanda de projetos inovadores. Na sequência, o Presidente do Codefat informou pausa de 1h para o almoço. Retornando do almoço, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 9 - Tema: Ações em curso pela fiscalização do trabalho para a erradicação do trabalho análogo ao de escravizado, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE.** O Representante da SIT, Sr.

Maurício Krepsky, informou o resultado da Inspeção do Trabalho em 2025: a) 1.594 ações fiscais de combate ao trabalho escravo contemporâneo; b) 2.772 trabalhadoras/es resgatados; e, c) cerca de R$9 milhões pagos em verbas rescisórias. Destacou que mais de 48 mil pessoas alcançadas pelas ações de fiscalização do trabalho, mesmo não estando em situação de trabalho escravo, tiveram direitos trabalhistas garantidos e irregularidades corrigidas em campo. Listou as atividades com mais resgates: i) extração e britamento de pedras para construção; ii) administração pública em geral; iii) construção de edifícios; iv) cultivo de café; e, v) obras de alvenaria. Destacou que em 2025 foi registrada uma mudança de padrão em relação a anos anteriores, com os resgates no meio urbano superando o meio rural, haja vista que 68% dos trabalhadores resgatados estavam em áreas urbanas. Observou que o trabalho análogo ao de escravo contemporâneo não estava restrito a um setor, pois abrangia agricultura, indústria têxtil, trabalho doméstico, desmatamento e mineração. Apontou os estados com maior número de trabalhadores resgatados em 2025: i) Mato Grosso: 607; ii) Bahia: 482; iii) Minas Gerais: 393; iv) São Paulo: 276; e, v) Paraíba: 253. Em seguida, registrou o perfil das pessoas resgatadas: a) 86% homens; b) 26% entre 30 e 39 anos; c) 41% naturais do Nordeste; e, d) 65% residentes no Nordeste. O Representante da SIT finalizou, informando que o recorte racial estava assim distribuído: 83% negros (pretos ou pardos), 12% brancos, e 5% indígenas. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da CTB indagou se o quadro atual de auditores-fiscais do trabalho era suficiente para atender as demandas de resgate de trabalhadores em situação de trabalho análogo ao de escravizado, e se havia registro de resgatados no serviço público. O Conselheiro Suplente da NCST questionou qual o valor médio de seguro-desemprego pago aos trabalhadores resgatados, se os recursos do FAT eram reembolsados, e qual o percentual de trabalhadores resgatados. O Conselheiro Titular da UGT ponderou sobre a necessidade de se investir na ampliação do combate ao trabalho análogo ao de escravizado, questionando se havia informação do quantitativo de resgatados menor de idade. O Representante da SIT prestou os seguintes esclarecimentos: i) resgatado serviço público – na Bahia foi responsabilizada a Prefeitura de Salvador e a Ambev pelo trabalho degradante de ambulantes durante o Carnaval; ii) quadro de auditores-fiscais do trabalho - as equipes de fiscalização estavam muito aquém das demandas recebidas; iii) reembolso ao FAT dos valores pagos a título de seguro-desemprego para trabalhadores resgatados – existia a previsão, mas dependia de a empresa autuada se dispor a fazer acordo com o MTE; iv)

percentual de trabalhadores resgatados – o Maranhão, historicamente, era a UF que apresentava a maior taxa proporcional de trabalhadores resgatados; e, v) resgatado menor de idade – não chegava nem a 10% do total, sendo, em geral, na companhia dos seus pais. O Conselheiro Suplente do MDIC, Sr. Edilson Urbano da Silva, destacou a importância do Bolsa Família, ressaltando que esse benefício evitava que muitos menores de idade fossem encontrados em trabalho degradante. Na sequência, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 10 - Tema: Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 4º Trimestre de 2025, dados atualizados, pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho – SEET/SE/MTE**. A Subsecretária da SEET, Sra. Paula Montagner**,** apresentou alguns dados conjunturais: I) População Economicamente Ativa – PEA: 108,50 milhões de pessoas; II) quantidade de ocupados: 102,99 milhões de pessoas; III) taxa de desocupação: 5,1%; IV) taxa de informalidade: 37,6%; e, V) quantidade de empresas optantes pelo Microempreendedor Individual - MEI: 16,75 milhões de empresas. Na sequência, declarou que o acumulado de janeiro a dezembro de 2025 registrou um saldo positivo de 1.279.498 empregos, sendo 1.002.695 empregos típicos e 276.803 empregos não típicos. Esclareceu que eram considerados não-típicos os trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários, contratados por CAEPF (Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física) e com carga horária até 30 horas. Observou que em 2025, o número de desligados voluntários foi de cerca de 9,1 milhões, o que correspondia a 42% do total de desligamentos, acrescentando que a análise desses desligados até setembro (7,4 milhões) confirmou que 57% (4,3 milhões) teve reinserção como celetista em 57 dias. Declarou que o motivo para o desligamento voluntário continuava a ser predominantemente salários, com o valor médio no desligamento de R$2.330,36 e no reemprego de R$2.583,33, o que representava uma variação média do salário de R$252,97. Informou que em 2025, dos 47,5 milhões de vínculos celetistas analisados, 29,7 milhões faziam jornadas 5x2; 14,8 milhões jornadas 6x1, e 3 milhões não puderam ser classificados por falta de qualquer informação sobre a jornada de trabalho. Relatou que o Abono Salarial, segundo dados extraídos em 15.12.2025, apresentava 99,45% de taxa de cobertura. Prosseguindo, registrou os principais dados da intermediação de mão de obra: I) trabalhadores inscritos: 976.229; II) vagas oferecidas: 525.803; III) encaminhamentos realizados: 1.216.589; IV) trabalhadores colocados: 137.715; V) trabalhadores segurados colocados: 15.803; VI) taxa de eficiência dos encaminhamentos - colocados/encaminhados: 11,32%; VII) taxa de eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 8,43%; VIII) taxa de adequação do perfil

das vagas - colocados/vagas: 26,19%; e, IX) taxa de esforço na captação de vagas - vagas/inscrições + ativações: 53,59%. Relatou que 83,1% dos requerimentos do seguro-desemprego foram solicitados via web. Destacou a criação de nova categoria na família CBO: motoristas de veículos de pequeno e médio porte (código 7823), que incluía explicitamente a ocupação de motorista de transporte por aplicativos (código 7823-25), com a seguinte atribuição específica: gerenciar demanda via plataformas digitais, decidindo pela aceitação ou recusa de corridas com base na origem e seguindo orientações específicas da plataforma. Destacou que a família ocupacional 7823 apresentava a seguinte descrição sumária: *Dirigem e manobram veículos. Transportam pessoas, produtos e/ou cargas. Gerenciam demandas de viagens mediada por plataformas digitais, analisando-as para decidir pela aceitação ou recusa das corridas., com base em informações de origem. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais, tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Realizam pagamentos e recebimentos e utilizam habilidades de comunicação no desempenho das atividades. Atuam conforme a legislação de trânsito e as normas de segurança, qualidade e proteção ambiental e, no caso dos motoristas de aplicativo, também seguem as orientações da plataforma. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência*. A Subsecretária da SEET finalizou, destacando que as estatísticas do trabalho estavam disponíveis para consulta no Portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT declarou que o código CBO para motoristas de aplicativos atendia ao anseio da referida categoria, tendo sido criado a partir de provocação do Codefat. Ponderou que a descrição do novo código CBO ficaria melhor entendida se dividida por categoria profissional, visando evitar interpretação equivocada. A Subsecretária da SEET observou que a descrição era da família ocupacional, mas que o Ministério avaliaria se seria possível melhorar a sua redação. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 11 - Resultado da aplicação dos recursos do FAT na linha de crédito especial FAT Taxista, pela Secretaria de Proteção ao Trabalhador – SPT/MTE**. O Coordenador-Geral de Recursos Financeiros do FAT (CGRFAT/DGF/SPT/MTE), Sr. Paulo César Bezerra de Souza, informou o contexto de criação da referida linha: a) criação: instituída pela Resolução Codefat nº 614, de 25.07.2009, como parte de ações para grandes eventos esportivos; b) objetivo: financiar a renovação da frota de táxis para

melhorar o turismo e gerar emprego e renda; c) público alvo: pessoas físicas, titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público; e, d) vigência: após sucessivas prorrogações, a linha teve seu prazo encerrado definitivamente em 31.12.2022, pela Resolução Codefat nº 926, de 18.11.2021. Observou que a partir de 2014 houve encolhimento da demanda pela mencionada linha de crédito, o que foi agravado pela mudança de taxas de juros para Taxa de Longo Prazo (TLP), instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, acarretando imprevisibilidade ao custo final da operação de crédito, tendo como consequência: i) oscilação significativa no valor das parcelas; ii) dificuldade de planejamento financeiro para o taxista; e, iii) perda de atratividade frente às demais modalidades de mercado. Ponderou que outro fator que levou a queda da demanda pela linha foi a mudança no mercado de transporte privado de passageiros, pois a partir de 2019, a exclusividade do serviço de taxi foi rompida pela consolidação do transporte por aplicativo. Relatou o diagnóstico do agente financeiro para o encerramento da linha: 1) custo financeiro: aumento do indexador, ou seja, TLP pós-fixada, reduziu a competitividade frente às outras linhas; 2) imprevisibilidade: o perfil do tomador exigia parcelas fixas, sendo que a oscilação da TLP impedia o planejamento do taxista; e, 3) migração: clientes já buscavam outras linhas de crédito com taxas mais atrativas e, crucialmente, previsíveis. O Coordenador-Geral da CGRFAT finalizou, destacando que o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda não havia se manifestado a respeito da consulta efetuada pelo MTE quanto a caracterização dos depósitos especiais, declarando que se fosse decidido pela sua orçamentação, na forma recomendada pela Controladoria-Geral da União (CGU), ficaria inviabilizada a aplicação de recursos do FAT em depósitos especiais por inexistência de receitas correspondentes. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Presidente indagou se houve resposta do TCU sobre a divergência de entendimento entre a CGU e o MTE no tocante à orçamentação, ou não, dos depósitos especiais do FAT. O Coordenador-Geral da CGRFAT respondeu que ainda aguardavam resposta do TCU. A Coordenadora-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGFAT/DGF/SPT/MTE), Sra. Suely Barrozo Lopes, destacou que era de amplo conhecimento que a Taxa de Longo Prazo (TLP) não era atrativa para os públicos prioritários do FAT, observando que mesmo havendo posição favorável do TCU para aplicação de recursos do Fundo em depósitos especiais, de forma não orçamentária, a linha de crédito em referência teria dificuldades para rodar nas condições atuais de taxas de juros. Assim, ponderou que seria necessário buscar mecanismos no sentido de alterar a composição das taxas de juros em curso, visando torná-las mais

atrativas para os públicos a serem contemplados com recursos dos depósitos especiais do FAT. O Conselheiro Titular da UGT observou que houve uma mudança no atual governo quanto à propriedade da licença de táxi, que saiu do Poder Público para o profissional taxista, passando assim para os seus familiares em caso de falecimento, o que lhe proporcionava maior segurança para o financiamento de veículo. Em seguida, solicitou que fosse reiterado junto ao TCU a solicitação de manifestação quanto à forma de aplicação dos recursos dos depósitos especiais do FAT, dada a divergência de entendimento entre a CGU e o MTE no que dizia respeito a necessidade, ou não, de sua orçamentação. Na sequência, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **tópico V - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 12 - Entrega dos seguintes documentos: 12.1. Resumo das discussões da 181ª Reunião Ordinária do GTFAT, realizada em 11.02.2026**, elaborado pela Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGFAT/DGF/SPT/MTE; **12.2. Boletim de Informações Financeiras do FAT – 6º Bimestre de 2025**, elaborado pela Coordenação-Geral de Recursos Financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGRFAT/DGF/SPT/MTE; e, **12.3. Comparativo da Proposta Orçamentária do FAT para o exercício de 2026, aprovada pelo Codefat, e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2026**, elaborado pela Coordenação-Geral de Recursos Financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CGRFAT/DGF/SPT/MTE. O Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que os documentos e arquivos da presente reunião se encontravam disponíveis no processo SEI nº 19955.200268/2026-36. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do Codefat, e por mim.

SÉRGIO LUIZ LEITE
Presidente do Codefat e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

SANDRO PEREIRA SILVA
Secretário-Executivo do Codefat substituto